

Rogério Roque Amaro

Professor Associado do Departamento
de Economia Política da Escola de
Ciências Sociais e Humanas do ISCTE - IUL

NOTA EDITORIAL

Rogério Roque Amaro

A problemática dos «movimentos sociais» tem sido objecto de análise de várias das Ciências Sociais, nomeadamente da Sociologia, da Ciência Política, da História e da Filosofia Política. Podem ser definidos como «a acção conflituante de agentes das classes sociais, lutando pelo controle do sistema de acção histórica»¹ ou, se se quiser, como processos ou dinâmicas de acção colectiva que procuram transformar (ou defender) certas componentes ou estruturas da sociedade. Têm sido identificados e estudados, com essa ou outra designação, a partir de finais do século XVIII².

Foram inicialmente associados às lutas operárias, por via das suas organizações de classe (sindicatos) ou dos partidos (socialistas ou comunistas) que assumiam a defesa dos seus interesses, visando a melhoria das suas condições de vida ou, de forma mais radical, o fim da sua exploração às mãos dos capitalistas, com a constituição de uma Ditadura do Proletariado e de uma sociedade sem classes..

Nesta perspectiva, pode-se dizer que Karl Marx foi um dos primeiros e, sobretudo, mais radicais teorizadores dos movimentos sociais, neste caso, daquele que foi, durante muito tempo (até, pelo menos, meados da década de 1960), considerado o movimento social por excelência das sociedades (industriais) modernas – o movimento operário, no quadro da luta de classes condutora da História e, portanto, tendo por base uma leitura materialista e dialéctica.

Nesse quadro, pode-se até dizer que, no essencial, a Sociologia clássica foi mareada, directa e indirectamente, pelas problemáticas inerentes à questão dos movimentos sociais, como decorre de várias das propostas de análise de clássicos como Max Weber e Émile Durkheim.

Sintomaticamente, a Economia Social, por muitos considerada a antecessora ou «a mãe» da Economia Solidária, afirmada, ideológica e filosoficamente, no século XIX, é também, em parte, uma emergência do movimento operário, integrando portanto uma das tendências desse movimento social, embora com fundamentações ideológicas, como o anarquismo e o socialismo utópico, que Marx criticou e combateu, por vezes violentamente, por não serem (suficientemente) revolucionários.

Desde meados dos anos 60 do século XX que alguns autores (como Touraine, numa primeira fase, mas já não mais recentemente³, Alberto Melucci, Claus Offe, Jürgen Habermas, Michel Foucault, Charles Tilly, Ilse Scherrer-Warren, Manuel Castells) se referem aos «Novos Movimentos Sociais» (NMS), que assumem algumas distinções importantes em relação aos movimentos sociais tradicionais de raiz operária.

Assumindo-se como movimentos de acção colectiva com uma identidade colectiva (à maneira de Melucci⁴) transversal, e já não delimitada pela pertença a uma classe ou grupo social de composição homogénea (como na «luta de classes» de Marx), vêm, desde a década de 1960⁵, convocando «minorias», segmentos da classe média, mulheres, jovens e outros grupos de interesse, ora conjunturais, ora mais permanentes. Podem assim ser identificados como NMS dinâmicas de acção colectiva como as de defesa dos direitos cívicos nos EUA, os ambientalistas, as feministas, os pacifistas, os altermundialistas, os ruralistas, o movimento LGBT, o Movimento dos Sem Terra, o Movimento dos Sem Tecto, os movimentos de defesa dos consumidores, os movimentos de defesa dos indígenas, os «Okupas» e, mais recentemente, os «Indignados» e tantos outros.

Distinguem-se dos movimentos sociais tradicionais por várias características (autores como Touraine, Foucault, Melucci, Castells, Habermas e Tilly, entre outros fundamentaram ou têm fundamentado essa análise), de que se sublinham as seguintes:

- Já não assentam essencialmente na questão das relações de produção e dos processos económicos (como na dialéctica burguesia-proletariado), focando antes problemáticas culturais, de sociabilidade, da vivência urbana e dos valores de referência (ética);
- Não visam o «assalto» ao poder do Estado (como no caso explícito da teoria leninista de conquista do Estado pelo Comunismo), mas sim a transformação das bases, dos valores, dos hábitos e das estruturas da sociedade, ou seja, procurando sobretudo inventar «novos modos de existência» (Deleuze), tentando também influenciar as políticas públicas;
- Põem em causa as formas clássicas de gestão dos conflitos sociais e da representação política, sendo transversais ou passando ao lado das lógicas partidárias e mobilizando formas inovadoras de acção política como a criação de associações e coligações «ad-hoc», a realização de «meetings» públicos, desfiles, vigílias, manifestações, petições, tomadas de posição nos media, distribuição de panfletos, ou seja, todo um «repertório de movimento social» (Tilly);
- Utilizam as novas tecnologias de informação e comunicação para mobilização e convocação dos/as aderentes, baseando-se numa lógica de rede e de sistemas virtuais (Castells⁶);
- Não assentam numa lógica de «identidade de classe», nem na classe trabalhadora, antes mobilizam outro tipo de grupos e interesses e geram identidades colectivas de natureza (e objectivos) muito diferentes e, por vezes, com adesões precárias e com grande plasticidade, no número e no compromisso.

Questão pertinente, e abordada por alguns autores (Jean-Louis Laville, Paul Singer e José Luís Coraggio, entre outros) é a de saber se a Economia Solidária também configura um NMS ou, pelo menos, quais as suas relações com alguns deles, à semelhança do que aconteceu com a Economia Social (designada, aliás, por alguns autores, sobretudo em França, por Economia Solidária), que, numa das suas expressões, a da solidariedade democrática (e não a da solidariedade essencialmente filantrópica, que depois ganhou mais peso, na segunda metade do século XIX), emergiu como uma das reivindicações e conquistas do movimento operário, em articulação com as lutas sindicais (mas não com as motivações e objectivos dos partidos comunistas nascentes).

À «maneira» de Alain Touraine⁷, pode-se dizer que a Economia Solidária contém os três princípios que, segundo ele, caracterizam um movimento social:

- a) Identidade, enquanto «auto-definição do actor social e consciência de pertencer a um grupo ou classe social», o que hoje é visível em várias das redes, encontros, congressos que os «movimentos» da Economia Solidária têm organizado e protagonizado desde finais do século XX;
- b) Oposição, no sentido de identificar «um adversário», ou seja, um sistema (o capitalista), em relação ao qual se opõe e se distingue, e ao qual procura ser alternativa;
- c) Totalidade, na medida em que «os actores em conflito, mesmo que este seja circunscrito ou localizado, questionam a orientação geral do sistema», procurando, de algum modo, «o controle da historicidade, isto é, dos modelos de comportamento, a partir dos quais uma sociedade produz as suas práticas»⁸.

Também na esteira de Tilly⁹, se pode dizer que a Economia Solidária combina, de algum modo, tal como os movimentos sociais, três elementos essenciais:

1. «A sustained, organized public effort making collective claims on target audiences: let us call it a campaign» (eu sublinho);
2. «Employment of combinations from among the following forms of political action: creation of special purpose associations and coalitions, public meetings, solemn processions, vigils, rallies, demonstrations, petition claims, statements to and in public media, and pamphleteering: call the variable ensemble of performances the social movement repertoire» (eu sublinho);
3. «And Participant's concerted public representations of worthiness, unity, numbers and commitment (WUNC) on the part of themselves and/or their constituencies: call them WUNC displays» (eu sublinho).

Este número 6 da Revista de Economia Solidária pretende precisamente contribuir para a discussão e abordagem de algumas destas questões.

Para isso, apresentam-se quatro artigos que visam directamente a relação da Economia Solidária com os NMS.

No primeiro, Bárbara Ferreira, António Eduardo Filho, Isabel Monteiro e Raquel Gonçalves, a partir de um trabalho realizado no âmbito do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional do ISEG, abordam e situam o altermundialismo como NMS e as formas que assume na Economia Solidária, nomeadamente a partir de algumas experiências de comércio justo e de fábricas recuperadas pelos trabalhadores na Argentina, no contexto da crise dos finais da década de 1990.

No segundo, Ana Margarida Esteves, na sequência dos seus trabalhos de Mestrado e Doutoramento em Sociologia, analisa algumas experiências de recuperação e apropriação colectiva pelos trabalhadores de unidades de produção na Argentina e no Brasil, que se assumem como exemplos de Economia Solidária, comparando as estratégias baseadas na acção colectiva, segundo

uma lógica de NMS, com as que assentam na monitorização formal de um processo deliberativo, mais tradicional, de tipo cooperativo.

No terceiro, Magali Zimmer dá conta do exemplo francês da AMAP – Associação para a Manutenção de uma Agricultura Camponesa («Paysanne»), como um movimento social de Economia Solidária, enquanto «quadro de acção colectiva», opondo-se à agricultura intensiva capitalista, comparando-o com outros movimentos congéneres, como as CSA – Community Supported Agriculture, nos EUA, ou teikeis, no Japão.

No quarto, Manuel Zaguirre, um experiente sindicalista catalão, apresenta o seu testemunho de lutador pelas causas do movimento operário, enquanto observador atento e actor empenhado das novas lutas da Economia Solidária, como alternativa a um «capitalismo tóxico e estéril», conjugando, no mesmo «narrador» as experiências e perspectivas dos «velhos» e dos novos movimentos sociais.

A completar estes quatro artigos, que abordam explicitamente o tema central deste número, junta-se uma nota de reflexão de Jordi estivill, membro do Conselho Científico da Revista, a propósito do RIPESS/ Europa – Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária/ Ramo Europa, das suas afirmações e reivindicações de alguns dos seus encontros, o que acaba por dar conta de algumas das iniciativas que procuram situar a identidade, o objecto e os objectivos da Economia Solidária como NMS.

Finalmente, apresenta-se um trabalho realizado por quatro jovens economistas do ISCTE – Telma Gonçalves, António Fonseca, Catarina Abreu e Tatiana Gomes – que aborda a proposta de um conceito e indicador alternativo (ao conceito de Desenvolvimento e aos seus indicadores tradicionais), que é o GNH – Gross National Happiness (FNB – Felicidade Nacional Bruta, também muitas vezes referenciado como FIB – Felicidade Interna Bruta), desenvolvido e posto em prática no Reino do Butão, desde finais dos anos 70 do século XX, e que hoje é utilizado e aprofundado por muitos outros autores e organizações internacionais.

Este último artigo não aborda directamente o tema da Economia Solidária e dos NMS, mas propõe um conceito alternativo que, a par de outros (como «wellbeing», «florescimento humano» ou «buen vivir», por exemplo), parecem actualmente configurar ou potenciar um novo movimento social a favor de novas formas e referências de Felicidade e Bem-Estar, muito diferentes dos propostos pelo sistema capitalista, e às quais a Economia Solidária não é alheia, antes pelo contrário, na medida em que propõe conceitos e formas económicas com valores e fins alternativos.

Em suma, a Revista de Economia Solidária procura, mais uma vez, situar-se nos debates actuais e trazer contributos, teóricos e práticos, que projectem os desafios e propostas da Economia Solidária, na sua fecunda diversidade.

Notas

¹ Cf. TOURAINE, Alain (1973), *La production de la Société*, Paris, Éditions du Seuil.

² Cf. TILLY, Charles (2004), *Social Movements: 1768-2004*, Boulder - Colorado, Paradigm Publishers.

³ Cf. TOURAINE, Alain (2013), *La fin des sociétés*, Paris, Éditions du Seuil, por oposição a, por exemplo:

TOURAINE, Alain (1984), *Le retour de l'acteur*, Paris, Librairie Arthème Fayard

TOURAINE, Alain (2005), *Un nouveau paradigme pour comprendre le monde d'aujourd'hui*, Paris, Librairie Arthème Fayard

⁴ “Collective identity is an interactive and shared definition produced by several interacting individuals who are concerned with the orientation of their action as well as the field of opportunities and constraints in which their action takes place.” Cf. MELUCCI, Alberto (2003), “The process of Collective Identity”, in Hank JOHNSTON and Bert KLANDERMANS (ed.) *Social Movements and Culture*, London, Routledge (2nd ed.).

⁵ Sendo, nos EUA, os grandes marcos de referência os movimentos de Direitos Cívicos (dos negros) e os pacifistas, desencadeados pela Guerra do Vietname e, na Europa, o Maio de 68

⁶ Cf. por exemplo, CASTELLS, Manuel (2007), “Communication, Power and Counter-Power in the Network Society”, in *International Journal of Communication*, n.1 pp. 238-266.

⁷ TOURAINE, Alain (1973), op. cit. p. 361-363.

⁸ Embora esta postura não seja, por vezes, claramente assumida por alguns (minoritários) dos que se afirmam da Economia Solidária, que parecem tender para a complementariedade com o sistema capitalista, incorrendo numa das falhas históricas da Economia Social, uma vez que não o põem verdadeiramente em causa. Ver a este propósito as críticas (e as propostas) de Euclides Mance, nomeadamente quanto à necessidade da Economia Solidária se organizar em redes e conceitos próprios (A Rede Solidarius). Cf. MANCE, Euclides André (2008), *Constelação Solidarius - As Fendas do Capitalismo e sua Superação Sistémica*, Passo Fundo (RS) Brasil, Ifil/ Editora Berthier.

⁹ Cf. TILLY, Charles (2004), op. cit., p.53.